

Diferenças salariais entre poderes serão examinadas

por Marta Salomon
de Brasília

As distorções salariais entre os funcionários dos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo serão estudadas por uma comissão criada ontem, segundo informou o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho. "Temos que eliminar as distorções entre funções iguais remuneradas de forma escandalosamente diferente", defendeu o ministro depois de convidar pessoalmente o presidente do Congresso, Nelson Carneiro, para integrar a comissão.

Na definição de Passarinho, o quadro de salários da União mostra "discrepância e desordem". As diferenças, segundo o ministro, são agravadas a cada reajuste salarial concedido

ao funcionalismo. "Não pode ser o mesmo índice", ponderou. O ministro entende que será necessário alterar o texto da Constituição para garantir a isonomia dos salários.

A Constituição prevê a necessidade de uma lei para assegurar a igualdade de vencimentos "para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas" entre servidores dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O ministro constatou que há distorções nos três poderes e que os salários do Executivo são "os mais achatados". Ao se licenciar no Senado para assumir o ministério, Passarinho trocou um salário de Cr\$ 724 mil pelo de Cr\$ 118 mil. "Um general de quatro estrelas ganha a metade que um assessor do Senado", citou o ministro.